

06.09.2013

[[Mundo](#)]

G-20: Os Brics acordam criar 'as alternativas' ao FMI e ao Banco Mundial

Adital

Os líderes dos países membros do bloco Brics acordaram a criação do Banco de Desenvolvimento e da Fundação das Reservas de Divisas. Especialistas estimam que essas estruturas poderiam constituir as alternativas ao FMI e ao Banco Mundial.

Tradução: [ADITAL](#)



RIA Novosti/ Igor Russak

Os projetos para criar el Banco de Desenvolvimento e a Fundação das Reservas de Divisas foram examinados durante o primeiro dia da cúpula do G-20, na Rússia, no marco de uma reunião não oficial liderada pelo presidente da Rússia, Vladimir Putin.

Banco de Desenvolvimento

Putin destacou que a criação do Banco de Desenvolvimento é um importante avanço do Brics no âmbito econômico. "Seu capital social inicial será de 50 bilhões de dólares", informou Putin, citado pelo serviço de imprensa do Kremlin.

Segundo especialistas russos, o Banco de Desenvolvimento tem como objetivo proporcionar os fundos para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura.

"Já começou a formação do círculo dos fundadores. Trata-se dos países do Brics. No futuro, não se exclui a adesão de outros países e organizações", disse o secretário executivo da comissão interministerial para a participação da Rússia no G-20 e no Brics, Vadim Lukov, à Agência Itar-Tass. Segundo ele, devem ser abordadas diferentes questões, como a destinação de capital não distribuída, a distribuição de quotas no capital social, e, mais tarde, estabelecer a sede do Banco. A decisão de criar o Banco de Desenvolvimento foi tomada durante a cúpula do Brics em Durban (África do Sul), no final de março. No início de agosto, altos funcionários do Brasil, da Rússia, da África do Sul, da Índia e da China acordaram a estrutura do Banco.

Colchão de segurança

Além da criação dessa organização, os líderes do Brics também mencionaram, em 5/9/13, a outra entidade financeira: a Fundação das Reservas de Divisas. Em comparação com o Banco de Desenvolvimento, esta deve contar com muito mais recursos: 100 bilhões de dólares.

É mais, esse projeto ainda necessita de tempo para ser terminado. "O processo de criar um grupo das reservas de divisas do Brics encontra-se na etapa final. O tamanho de seu capital já está ajustado: será de 100 bilhões de dólares. A Rússia também contribuirá com esse trabalho", disse Putin, em São Petersburgo.

As obrigações dos países serão distribuídas da seguinte maneira: a Rússia, a Índia e o Brasil proporcionarão 18 bilhões de dólares cada um; a África do Sul, com 5 bilhões de dólares e a China, com 41 bilhões de dólares.

Anteriormente, os países membros do Brics discutiam a possibilidade de acumular 240 bilhões de dólares em reservas para proteger-se dos ataques contra suas moedas nacionais e poder utilizar esse dinheiro em caso de urgência.

A ideia de formar o Banco de Desenvolvimento e a Fundação Anticrise nasceu para poder ter alternativas às instituições de Bretton Woods, ou seja, ao Banco Mundial (BM) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que estão dominados pelos Estados Unidos, ressaltaram analistas russos, citados pelo diário 'Vedomosti', em março passado.

Em 2010, os bancos de desenvolvimento dos cinco países assinaram um acordo sobre a possibilidade de prestar-se uns a outros e realizar os assentamentos nas moedas nacionais para distanciar-se do dólar. O presidente do banco russo VEB, Vladimir Dmitriev, explicava ao diário 'Kommersant', que o distanciamento do dólar permite às empresas nacionais dos Brics economizar até 4% da transação.

A agência Reuters informou que a criação do Banco de Desenvolvimento e da Fundação das Reservas de Divisas do Brics ajudará a sanear os mercados mundiais de divisas depois do fim da política de flexibilização quantitativa nos EUA.

03.09.2013

[[Mundo](#)]

10 coisas que as indústrias de comida processada não querem que saibamos

Ecocosas

Adital

3 de setembro de 2013

Tradução: ADITAL

Quase todos sabemos que os alimentos processados contêm altas quantidades de gordura, açúcares, sais, conservantes e que não são muito bons; porém, há muito mais. Eles são rápidos, práticos; porém, atentam contra nossa saúde em vários aspectos



Donna Gates, autora de [The Body Ecology Diet](#), nos dá dez razões pelas quais deveríamos repensar nossa eleição na próxima vez em que estivermos tentados a comprar um alimento processado.

1. São aditivos e produzidos para fazer-nos comer demais.

Ao processar a comida, a modificam, removendo componentes importantes da mesma, como fibras, a água e os nutrientes; e modificam a forma pela qual nosso corpo a digere e assimila.

Diferente da comida em sua forma tradicional, que contém uma mescla de carboidratos, gorduras, proteínas, fibras e água, que faz com que nos sintamos saciados, os alimentos processados estimulam a liberação de dopamina, o que, sem dúvida, nos faz sentir bem, mesmo quando a comida não tem todos os seus nutrientes, fibras e água etc. Essa liberação de dopamina pode, inclusive, levar-nos a comer mais e causar dependência por esse tipo de comidas.(1)

2. Estão vinculados à obesidade.

Os aditivos presentes nesses alimentos, tais como o glutamato monossódico, o xarope de milho, com alto teor de frutose, adoçantes artificiais e outros, estão em grande medida relacionados com os atuais problemas de obesidade (que nos países onde o consumo desse tipo de alimentos é massivo, já chega ao grau de epidemia).(2)

O Dr. Mercola realizou um estudo onde, ao retirar a publicidade desses alimentos na programação infantil se obtém uma diminuição da obesidade.(3)

3. Não respeitam os princípios da combinação de comidas.

Comer alimentos respeitando esses princípios ajuda a uma melhor nutrição, assimilação e digestão; ao contrario, vem a má digestão, acidez do sangue e aumento de peso, com pouco aporte de energia.

Como não estudamos nutrição, indico um enlace para que aprendam sobre a combinação de alimentos: [Combinación de Alimentos](#).

4. Causam um desbalanço do ecossistema interno.

Os microorganismos que vivem em nosso trato digestivo formam um delicado ecossistema interno e o equilíbrio e correto funcionamento desse sistema influi em muitos aspectos de nossa saúde. Esse tipo de alimentos processados propicia a destruição de nossa flora bacteriana, o que afeta o processo digestivo e ocasiona enfermidade.

5. Causam depressão, mudanças de humor e problemas de memória

Mudanças de ânimo, problemas de memória e, inclusive, a depressão são alguns dos transtornos ocasionados por uma dieta com alta quantidade de comida processada.

6. São feitos para ser comidos rapidamente

Os alimentos processados são rápidos, muitos são aquecidos no micro ondas; são vendidos nas esquinas ou, inclusive, podem ser comidos no lugar onde os compramos, em postos de gasolina, pequenos armazéns etc. Tudo isso nos leva a comer enquanto trabalhamos ou caminhamos; com pressa. Porém, nosso organismo está desenhado para o contrário disso: comer com tranquilidade e repousar após comer para poder concentrar as energias no processo digestório. Ao não fazer isso, propiciamos uma má digestão, com todas as suas consequências, acima descritas.

7. As etiquetas dos produtos, muitas vezes, nos enganam.

Quando um alimento processado traz etiquetas como "natural" ou "zero açúcar", não significa que seja alimento saudável. Por exemplo: um produto denominado "natural" pode legalmente estar geneticamente modificado, cheio de pesticidas ou feito com xarope de milho, com aditivos, preservativos e ingredientes artificiais.(4)

8. As carnes processadas estão vinculadas ao câncer

As carnes processadas, como as salsichas, o salame, a mortadela e alguns hambúrgueres têm, entre outros conservantes, nitratos, que podem ser bem problemáticos.[5]

9. Os alimentos processados podem incrementar o risco à infertilidade e à má nutrição

Já que os alimentos processados carecem de grande parte de nutrientes, pode-se comer uma grande quantidade de calorias e continuar mal nutrido. Estudos em ratos demonstraram que esse tipo de má nutrição traz como consequências problemas graves na fertilidade.(6)

10. Os alimentos processados podem sobreviver anos em um armário.

Graças ao coquetel de químicos, preservativos e outros aditivos, os alimentos processados podem sobreviver por muito tempo sem descompor-se.

Infelizmente, os produtores investem muito dinheiro e tempo em estratégias para incrementar a vida útil desses produtos e criar embalagens atrativas; colocam pouca atenção no valor nutricional ou se esses produtos poderão ser nocivos à saúde, em longo prazo.(7)

Notas:

(1) Goldhammer, Alan, D.C., Dietary Addictions: Why eating healthfully is so difficult. National Health Association. <http://www.healthscience.org>

(2) Tsang, Gloria, R.D. and Girdler, Lauren. MSG and Your Weight. September 2008. Health Castle. <http://www.healthcastle.com/msg>

(3) Mercola, Joe, O.D. Simple Change Could Reduce Obesity in U.S. by 20 Percent. Mercola.com. Krebs, Al. New Poll – 94% of Americans Want Labels on GE Foods. Organic Consumers

(4) Tsang, Gloria, R.D., Processed Meat and Cancer. August 2006. Health Castle

(5) Fallon, Sally. Dirty Secrets of the Food Processing Industry. Weston A. Price Foundation

(6) Davis, Jordan K., M.D. Shelf Life is Not Your Life. Total Health Communications.

(7) Vangsness, R.D., L.D.N., C.N.S.D. Mastering the Mindful Meal. Brigham and Women's Hospital.

[Original em Inglês: Wakeup-world.com, traduzido para o espanhol por: ecocosas.com].

02.09.2013

[[Mundo](#)]

Documento final do 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres

MMM



Graça Samo, nova coordenadora internacional da MMM, e Nalu Faria, uma das coordenadoras da Marcha no Brasil. De 25 a 31 de agosto, 1.600 mulheres de 48 países estiveram reunidas em São Paulo para debater sobre a trajetória e as estratégias do feminismo frente à ofensiva conservadora, durante o 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Realizado pela primeira vez no Brasil, o evento marcou o encerramento do mandato brasileiro no Secretariado Internacional da MMM e a eleição da próxima gestão, que agora será da MMM de Moçambique. As militantes também começaram a organizar a 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, que acontecerá em 2015. As ações internacionais da Marcha são realizadas de 5 em 5 anos.

Após uma semana de intensas atividades e discussões políticas, a Marcha Mundial das Mulheres produziu um documento final, que pretende sintetizar o conteúdo dos debates e seus principais eixos de atuação, que recebeu o título do tema do Encontro: Feminismo em Marcha para Mudar o Mundo. Leia abaixo.

Feminismo em Marcha para Mudar o Mundo

Nós, mulheres brasileiras presentes no 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), realizado em São Paulo, entre os dias 25 e 31 de agosto de 2013, reafirmamos a resistência, o enfrentamento e a construção de alternativas ao modelo patriarcal, capitalista, racista, lesbofóbico e colonial.

A MMM constrói desde o cotidiano, e a partir da realidade das mulheres, uma ação local conectada à articulação mundial em que a solidariedade é um eixo estruturante. Essa experiência se consolidou como uma força mundial, atualizando o feminismo como um projeto para garantir a igualdade entre todas as mulheres, nos marcos da construção de uma sociedade de mulheres e homens livres e iguais, sem discriminação de raça/etnia e com o livre exercício da sua sexualidade. Reconhecemos que é fundamental enegrecer o feminismo e aprofundar a reflexão entre patriarcado, colonialismo e opressão étnico racial, para resgatar nossas ancestralidades e fortalecer a presença das mulheres indígenas entre nós.

O capitalismo passa por um importante processo de reestruturação para manter a ordem atual de exploração e opressão, reforçado com a atual crise mundial, evidenciando que vivemos em um

modelo injusto e insustentável. Frente a todas as crises, esse sistema apresenta falsas soluções, que significam mais mercado e mais concentração de renda, impostas por meio de um processo violento dos Estados.

A expropriação da natureza, os ataques aos direitos e soberania dos povos, o controle sobre o corpo e a vida das mulheres, o aumento da militarização, a criminalização e a violência são mecanismos que sustentam a acumulação por espoliação.

A uma economia de mercado corresponde uma sociedade de mercado, com destaque para a expansão da mercantilização em todas as dimensões da vida humana. Isso se dá especialmente com a exploração do corpo das mulheres, desde a indústria da beleza, até o tráfico e a prostituição. Nosso corpo é constantemente controlado e regulado, a partir de padrões morais de sexualidade – heteronormativa, fálica, lesbofóbica e focada no prazer masculino – e na maternidade.

Reafirmamos que a prostituição é estruturante do sistema capitalista e patriarcal. Nossa visão não é nem liberal, nem moralista, mas reconhece o direito das mulheres viverem sua sexualidade livremente. Repudiamos a cooptação do discurso feminista "meu corpo me pertence" para "meu corpo é meu negócio". Por isso, somos contra o projeto do Deputado Jean Wylis, que, ao invés de contribuir para a melhoria de condições de vida das prostitutas, legaliza a sexualidade como um serviço mercantil, reforça a cafetinagem e aprofunda a exploração das mulheres. Denunciamos a imposição da maternidade como destino obrigatório das mulheres e reafirmamos a autonomia de decisão sobre os nossos corpos e o direito ao aborto legal, seguro e público. Reafirmamos nossa visão de que a sexualidade é construída socialmente, e defendemos o direito à lesbianidade como fundamental para o livre exercício da sexualidade sem coerção, sem estereótipos e sem relações de poder.

A violência patriarcal está presente no cotidiano da vida de todas as mulheres. Ela é, muitas vezes, naturalizada e legitimada, e se fortalece também com as desigualdades de classe e raça, revelando o não reconhecimento das mulheres como sujeitos autônomos. Os dados deveriam assustar, principalmente diante do fato de que ainda há muito para ser denunciado, como os estupros coletivos e corretivos, o abuso sexual contra crianças e a impunidade em relação ao grande número de assassinatos de mulheres.

Exigimos a condenação dos estupradores integrantes da Banda New Hit, que barbaramente violentaram duas fãs adolescentes na Bahia, e dos estupradores assassinos de Queimadas, na Paraíba. Exigimos a aplicação plena da Lei Maria da Penha. Em todos os casos, denunciamos a culpabilização das mulheres pela violência sofrida.

Nesse contexto, se intensificam a mercantilização dos bens comuns e o avanço e controle dos territórios para o agronegócio. O avanço sobre os territórios indígenas e quilombolas provoca morte e destruição. O povo Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul tem sido vítima de homicídios em número maior do que os países em guerra. Nas áreas urbanas há um aumento da especulação imobiliária, incentivada por grandes obras encomendadas pelos megaeventos. As mineradoras ampliam as áreas de exploração, gerando degradação da natureza e retirando as formas de sustento das mulheres. Isso está diretamente relacionado com o reforço da militarização e da exploração do corpo e trabalho das mulheres.

Exigimos que os recursos públicos, em particular do BNDES, não sejam destinados às grandes empresas para financiamento do agronegócio, dos megaeventos e do capitalismo verde.

Denunciamos a imposição dos agrotóxicos e das sementes transgênicas, gerando dependência das agricultoras e agricultores. Somos protagonistas da resistência e da defesa de nossos territórios, a exemplo das mulheres de Apodi, em luta contra o agro e hidronegócio, e da afirmação da agroecologia como meio de produção de alimentos saudáveis, fundamentais para a garantia da soberania alimentar.

Nesse modelo, o tempo e o trabalho das mulheres são utilizados como um fator de ajuste. A economia de mercado se sustenta a partir do nosso trabalho não remunerado e da desigualdade que vivenciamos no trabalho remunerado. Presenciamos um aumento do conservadorismo, com a valorização do papel das mulheres na família para justificar a sua sobrecarga de trabalho.

Construir a economia feminista e solidária significa alterar os padrões de (re) produção, distribuição e consumo, além de reconhecer e valorizar o trabalho doméstico e de cuidados como fundamentais à sustentabilidade da vida humana.

O Estado capitalista é patriarcal, organizado a partir de uma lógica androcêntrica que reforça a divisão sexual do trabalho e as formas de controle sobre o corpo e a sexualidade das mulheres. O modelo de desenvolvimento hegemônico funciona a serviço das grandes empresas, expropriando os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, violentando as mulheres e tendo na militarização um de seus pilares de sustentação.

Lutamos para alterar essa lógica, o que só será possível se houver vontade política e incorporação de uma perspectiva feminista, que hoje é traduzida pela agenda de despatriarcalização do Estado. É preciso garantir políticas emancipatórias construídas com base na soberania e na participação popular.

Somos solidárias às companheiras de várias partes do mundo que tem seus meios de vida afetados pelas empresas extrativistas, pela Vale e pela expansão do agronegócio como o projeto Pró-Savana, em Moçambique. Questionamos a presença militar do Brasil em missões militares no Haiti e na República Democrática do Congo, bem como a compra de armas e tecnologia militar de Israel. A Organização Mundial do Comércio retoma negociações que reforçam a assimetria entre os países e a mercantilização da vida. O Brasil, ao contrário deve promover outra integração, baseada na redistribuição, na solidariedade e na reciprocidade, o que nós mulheres do mundo já estamos construindo através de nossos movimentos.

Nossas formas de ocupação dos espaços públicos e políticos expressam a irreverência e a ousadia coletiva das mulheres. A partir dos nossos métodos, ritmos e vozes, construímos a cultura feminista contra-hegemônica, que incorpora a juventude em um processo integrador de várias gerações como parte de um projeto comum de transformação de nossas vidas.

Resistimos ao monopólio dos meios de comunicação, à lógica da propriedade intelectual e ao controle dos fluxos de informação que violam nossa privacidade e privilegiam corporações transnacionais, construindo as nossas alternativas de produção de conteúdos, linguagens e meios de comunicação vinculados às lutas emancipatórias e por soberania popular.

Afirmamos que a auto-organização das mulheres é nossa estratégia de fortalecimento como sujeito político que constrói uma força mundial, em aliança com os movimentos sociais que compartilham da luta anticapitalista, e por uma sociedade baseada nos valores de liberdade, igualdade, justiça, paz e solidariedade.

Marcha Mundial das Mulheres

São Paulo, 31 de agosto de 2013.

www.marchamundialdasmulheres.org.br

02.09.2013

[[Mundo](#)]

Google e o problema da existência de Deus



Jorge Enrique Mújica

Adital

A cada mês, 55 milhões de pessoas buscam a palavra 'Deus'; 35 milhões buscam 'Igreja'; 25 milhões buscam 'Jesus' e 17 milhões buscam a palavra 'amor'



Tradução: [ADITAL](#)

Segundo as estatísticas mais recentes, Google é o portal mais visitado no mundo: 24% de todos os acessos globais à internet são para esse famoso motor de busca. É no Google onde 55 milhões de pessoas buscam, a cada mês, a palavra 'Deus'; 37 milhões buscam a palavra 'Igreja'; 25 milhões buscam a palavra 'Jesus' e 17 milhões buscam a palavra 'amor'.

Cada vez mais as 'respostas' que as pessoas encontram na web, também em matéria de fé, são as que, em maior ou menor medida, condicionam, baseiam ou confirmam sua concepção sobre Deus. Porém, dada a variabilidade de respostas possíveis (bastaria fazer um exercício de busca na web para constatá-lo), a impressão de fundo poderia ser bem mais equívoca porque o que aparece nos primeiros dados da busca nem sempre é muito exato, seja porque a aparência que resulta é que a questão sobre a existência de Deus ficaria reduzida a um problema para o qual a tecnologia solucionaria.

Es sabido que Google funciona (como tantos otros motores de búsqueda, los así llamados «motores sintácticos») en base a algoritmos que presentan en los primeros lugares –por la cantidad de enlaces o referencias de unos portales respecto a otros– las webs más populares en la materia buscada. Y aquí emerge un primer punto: evidentemente lo más popular no equivale a lo verdadero. O en otras palabras: los primeros resultados no necesariamente son la respuesta correcta al tema sobre el que se investiga.

En marzo de 2013 Facebook presentó su propio buscador: «Facebook Graph Search» («FGS»). Se trata de un motor de búsqueda que posibilitaría encontrar contenidos dentro del núcleo de amigos y otros perfiles públicos sin necesidad de salir de esa red social. Aunque aún no está completamente desarrollado, y de momento algunas opciones de búsqueda sólo están limitadas a la edición en inglés de Facebook, la intencionalidad es ofrecer contenidos mediados por las propias amistades. Si, por ejemplo, buscamos la palabra «Dios» utilizando el sistema beta actualmente en funciones para un grupo limitado de usuarios, «FGS» arroja como resultados algunos post donde los propios amigos han utilizado esa palabra las oscilaciones pueden ir de un insulto a una reflexión. Por eso se comprende la advertencia que hace el mismo sistema al darnos esos resultados: «Esta vista previa

personalizada es una muestra de resultados según la información compartida en Facebook. Otras personas verán resultados distintos para la misma búsqueda».

En tiempos también recientes se han desarrollado otro tipo de motores de búsqueda, los así llamados «motores computacionales de conocimiento» o «motores semánticos», que arrojan resultados gracias a la decodificación de datos que le ofrece el usuario. Es el caso de WolframAlpha (<http://www.wolframalpha.com>) que funciona en base a un tipo de «estímulos» muy concretos: preguntas. Cuando se le interroga, por ejemplo, si existe Dios (Does God exist?) el resultado que da es: «Lo siento, pero un pobre motor computacional de conocimiento, sin importar cuán potente puede ser, no está en grado de ofrecer una respuesta simple a esta pregunta» (I'm sorry, but a poor computational knowledge engine, no matter how powerful, is not capable of providing a simple answer to that question).

«Gran parte de la dinámica actual de la comunicación está orientada por preguntas en busca de respuestas. Los motores de búsqueda y las redes sociales son el punto de partida en la comunicación para muchas personas que buscan consejos, sugerencias, informaciones y respuestas. En nuestros días, la Red se está transformando cada vez más en el lugar de las preguntas y de las respuestas; más aún, a menudo el hombre contemporáneo es bombardeado por respuestas a interrogantes que nunca se ha planteado, y a necesidades que no siente», decía el Papa emérito Benedicto XVI, en el Mensaje para la Jornada Mundial de las Comunicaciones Sociales 2012, y que bien vale para este tema considerado.

En opinión de uno de los máximos pensadores en el campo de la cyberteología, el padre Antonio Spadaro, en este tema no se deben dejar de apreciar «las innovaciones capaces de mejorar las búsquedas en la red». Pero también señala –y esto es lo que en realidad está en el centro–: «Es necesario reflexionar sobre posibles consecuencias a nivel de mentalidad que estas innovaciones terminan por dejar en las actitudes profundas del hombre, especialmente cuando expresa deseos de trascendencia» (Cyberteología, p. 46).

La experiencia técnica de la búsqueda de Dios en la web, y lo que WolframAlpha nos dice al respecto, suponen una meditación sobre los límites de la tecnología; más en un momento de la historia en que ésta permea la vida humana y, tal vez sin percibirlo, lleva a poner las esperanzas que sólo Dios es capaz de colmar en cosas más bien pasajeras.

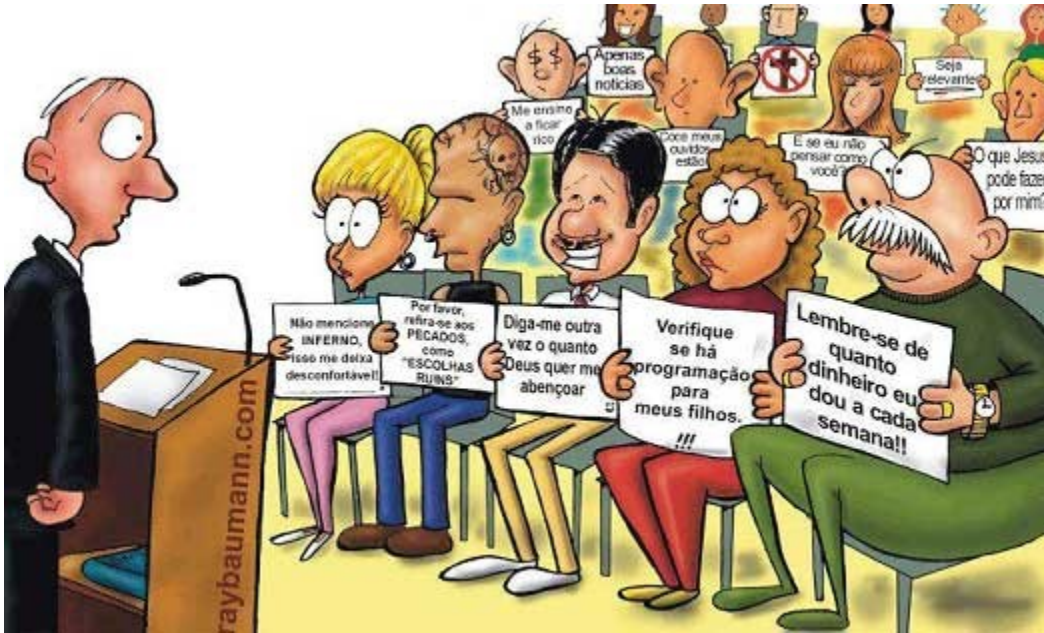
05.09.2013

[[Mundo](#)]

A Igreja não é uma democracia?

José Lisboa Moreira de Oliveira

Adital



Há mais de quarenta anos estou diariamente envolvido com a vida da Igreja Católica Romana. Durante este período escutei centenas de vezes a afirmação de que a Igreja não é uma democracia. Geralmente escuto este tipo de afirmação quando se quer justificar os autoritarismos praticados por eclesiásticos ou por gestores de instituições eclesiásticas. A última vez que escutei tal afirmação foi há poucos dias atrás. Um gestor de uma instituição ligada à Igreja Católica, querendo justificar atitudes pouco evangélicas e pouco transparentes dessa mesma instituição saiu-se com esta afirmação: "Meu caro, você sabe que a Igreja Católica não é uma democracia".

Diante da resposta evasiva deste gestor tive que fazer alguns esclarecimentos. Antes de tudo disse para ele que, realmente, a Igreja não é uma democracia no sentido que estamos acostumados a entender esse termo. No âmbito político atual entende-se por democracia a vontade da maioria da população de um país ou de um continente, manifestada através do voto, de um plebiscito ou mesmo de um referendun. Por democracia, no sentido comum do termo, entende-se a obrigação que os governantes e os políticos têm de agir com transparência, respeitando a autonomia dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário) e respeitando a vontade da maioria manifestada em algumas ocasiões. Por democracia entende-se ainda uma série de direitos e de deveres individuais e sociais garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelas Constituições dos diversos países.

Sabemos, porém, que nem sempre a vontade da maioria é o melhor para a humanidade e para os vários povos e nações. A história tem demonstrado que, muitas vezes, as escolhas feitas pela maioria são equivocadas e terminam por se voltar contra as próprias pessoas. Por esse motivo vem se firmando cada vez mais a exigência de novas formas de democracia como, por exemplo, a democracia participativa, através da qual a população de uma determinada região ou país manifesta, por meio de determinados organismos, a sua vontade e interfere diretamente na realização das políticas públicas. Nesse processo são respeitados não só a vontade da maioria, mas também o desejo e os direitos de pequenos grupos e minorias, os quais quase sempre são esquecidos nos processos e mecanismos de decisão que consideram apenas a vontade da maioria.

Ora, considerando esses aspectos de uma democracia representativa, pode-se dizer com tranquilidade que a Igreja não pode e nem deve ser uma democracia. Ela, pelo contrário, é muito mais do que isso. A Igreja é uma *koinoníae* vai, enquanto tal, muito mais além de uma pura e simples democracia. Ettore Franco, meu professor na Pontifícia Faculdade da Itália Meridional (Nápoles - Itália) no seu livro *Comunione e partecipazione: la koinônia nell'epistolario paolino* (Bréscia: Morcelliana, 1986) estudou a fundo essa questão.

Para Franco a *koinonía* bíblica é a salvação escatológica oferecida pelo Pai, através da ação do Filho, no dinamismo do Espírito e que se concretiza em um determinado momento da nossa história (1Jo 1,1-3). Enquanto tal, a *koinonía* implica uma resposta *de comunhão e de participação* dos cristãos e das cristãs, acolhendo o dom salvífico. Isso significa que aqueles e aquelas que crêem devem se preocupar com o bem comum e com o bem dos demais. Essa atitude comporta necessariamente *relações horizontais* entre as pessoas, de modo que ninguém seja tratado de maneira inferior, discriminadora, preconceituosa e excludente (1Cor 10,14-22).

Além dos relacionamentos horizontais, a *koinonía* comporta *apartilha dos bens* entre as pessoas. Essa partilha dos bens expressa *solidariedade* que deve existir entre aqueles e aquelas que acreditam em Cristo e destes para com todas as pessoas necessitadas. A solidariedade, por sua vez, é sinal visível da graça de Deus que é a comunhão com Cristo (2Cor 8 - 9). A *koinonía*, portanto, é expressão de um relacionamento entre os cristãos e entre as cristãs que não admite formas de distinção ou de hierarquia que sejam discriminatórias ou excludentes, nas quais algumas pessoas ou até multidões sejam consideradas inferiores e, por isso mesmo, excluídas de determinados espaços. A *koinonía* exige, enquanto tal, que se respeite o direito de toda pessoa batizada a ter voz e vez na comunidade cristã. Esse direito não nasce do pertencimento a uma determinada hierarquia ou ao fato de ter tido oportunidade de uma formação acadêmica (ter feito teologia, por exemplo), mas da inserção efetiva no Corpo de Cristo que se dá através do batismo (Rm 6,3-5). O batismo nos faz todos irmãos e irmãs uns dos outros e constitui cada pessoa no direito e no dever de participar ativamente da vida da Igreja, segundo a graça recebida do Espírito através desse mesmo batismo (Ef 4,4-16).

Consequentemente na *igreja-koinonía* as pessoas batizadas são todas, sem exceção, irmãs umas das outras (Mt 23,8) e, por isso, não há lugar para autoritarismos e nem para uma hierarquia dominadora, impositiva e repressora. A solução das questões se dá através do diálogo fecundo entre as diversas pessoas que ocupam funções diferentes, exercem ministérios particulares e prestam vários serviços à comunidade. Tudo de acordo com os dons recebidos do Espírito. Na comunidade cristã que tem como referência a *koinonía* bíblica não existem mestres, não existem senhores, não existem "pais". Somente Cristo é o Mestre e Senhor e somente Deus é o Pai de todos e de todas (Mt 23,8-10).

Na Igreja não podem, pois, existir eminências e excelências; pessoas mais importantes e outras menos importantes; pessoas incensadas e outras descartadas ou colocadas em segundo plano. Certos títulos e certas honras atribuídas a determinadas pessoas são resquícios de uma herança do passado, quando a Igreja passou a imitar as tiranias e os tiranos do mundo (Mc 10,42), e que contradizem profundamente o Evangelho. São expressão de uma Igreja que, apesar dos cinquenta anos do Vaticano II ainda não se purificou totalmente, como pediu esse Concílio, mas ainda continua buscando glórias e afastada do seu Fundador pobre, humilde, sofredor e servidor (LG, 8).

Portanto, realmente a Igreja não é e não pode ser uma democracia no sentido que entendemos atualmente este vocábulo. Isso seria reduzi-la drasticamente. Porém, como vimos antes, a Igreja é muito mais do que isso; é uma *koinonía* e é, enquanto tal, uma comunidade de irmãos e de irmãs na qual não podem ser aceitas de forma alguma as desigualdades, as discriminações, o exercício autoritário do poder etc. Temos ainda um longo caminho a percorrer e somos desafiados a avançar com coragem e determinação na direção da utopia do Reino de Deus. Não podemos e não devemos desistir do sonho de uma Igreja na qual "a totalidade dos fiéis, que receberam a unção que vem do Espírito" (LG, 12), será plenamente respeitada na sua diversidade, superando assim a tentação das hierarquizações discriminantes e excludentes (At 10, 34-35; Gl 3,28-29). Foi com base na *koinonía* que, nos primeiros séculos da Igreja, as comunidades escolhiam seus ministros e demitiam as autoridades eclesiais indignas e corruptas. Mas disso falaremos em outra ocasião.

02.09.2013

[[Brasil](#)]

Poluição no Prato dos Brasileiros

Proam

Adital

Diga não à contaminação dos solos agrícolas e da comida dos brasileiros.

Diga não à poluição no seu prato, de sua família e de nossa sociedade.

Leia o [parecer da USP](#) e assine a moção contra a formulação de micronutrientes para o solo com resíduos industriais



CONAMA poderá votar no dia 3 norma que permitirá poluição do solo e dos alimentos. Sociedade civil e Ministério Público mobilizam-se contra a medida.

Tramita no Conselho Nacional de Meio Ambiente proposta de resolução que para utilização de resíduos industriais na fabricação de micronutrientes para o solo. Para viabilizar economicamente o processo, economizando em tecnologia de despoluição, os setores industrial e produtores de insumos para agricultura associaram-se em forte lobby que defende "índices aceitáveis" de metais pesados nos solos brasileiros, o que representa envenenamento gradual dos solos e dos alimentos no Brasil. Para a ciência médica, não há limite mínimo aceitável para estas substâncias no organismo humano, reconhecidamente carcinogênicas. ONGs, Ministério Público e instituições científicas estão se mobilizando contra a iniciativa.

Abaixo está a carta à Presidência da República, protocolada nesta semana pelo PROAM - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, com cópia para organismos internacionais que tratam deste tema. Ao final da carta encontram-se pareceres técnicos e documentos de referência.

Para o ambientalista Carlos Bocuhy, representantes da ONG ambientalistas brasileiras no CONAMA, "este é um processo já ocorre no Brasil sob as vistas grossas dos agentes públicos. Estão envenenando o solo e a comida dos brasileiros por falta de capacidade e omissão dos órgãos fiscalizadores. O pior é que agora surgiu o interesse de normatizar esta atividade poluidora, travestindo-a de "aceitável", alegando "índices mínimos", quando na verdade a ciência afirma que não existe mínimo aceitável para organismos humanos para elementos como chumbo, cádmio, arsênio, mercúrio, etc..".

"Apesar de parecer contrário do Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) defende a aprovação da medida, que apenas interessa às indústrias que produzem aqueles resíduos (economizarão no tratamento para sua reciclagem, reutilização ou disposição final) e das indústrias de adubos (obterão matéria-prima barata). Parecer de pesquisadores da USP e da Universidade Federal do ABC também condenou a medida, alertando que, além dos acréscimo de riscos ambientais e à saúde pública, ela poderá gerar barreiras à exportação dos produtos agrícolas brasileiros", declara o promotor de justiça Adriano Andrade de Souza, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Nota do Instituto PROAM a Não à poluição na alimentação dos brasileiros

Somos contra a iniciativa do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, em aprovar proposta de resolução que permita o uso de resíduos industriais, contendo metais pesados e outros poluentes, justificados indevidamente como "em níveis aceitáveis", para fabricar micronutrientes/fertilizantes para os solos brasileiros, pois isto poderá chegar ao nosso prato, de nossas famílias e da sociedade brasileira;

Defendemos que a humanidade depende da agricultura e solos saudáveis para viver e que, portanto, deve haver compromisso inadiável, visando um pacto social para proteção de nossos solos;

Também é nosso direito não aceitar o risco de contaminação por substâncias nocivas em nossa comida, sendo que ninguém pode tomar decisões arbitrárias como esta - e não há justificativa científica para este ato que coloca em risco nossa saúde, de nossa família e da sociedade brasileira; Temos conhecimento de que estas substâncias contaminantes são bioacumulativas, não são de interesse para a nutrição das plantas, além de serem potencialmente tóxicas para o meio ambiente e para o ser humano;

Não aceitamos que uma resolução do Conama possa levar a uma piora da qualidade dos solos do Brasil, através da adição gradativa de poluentes via insumos agrícolas, inclusive com uso de resíduos industriais nacionais e importados como "matéria prima". Além dos riscos inerentes à segurança em sua composição, não há comprovação alguma pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA de viabilidade de gestão, conforme aponta em parecer técnico o próprio Ministério da Saúde;

Consideramos que a adição gradativa de substâncias poluentes aos solos agrícolas poderá causar restrições e inviabilizar as exportações de produtos da agricultura brasileira, com prejuízo irreversível para a sociedade brasileira;

Temos que relembrar ao Conama que o Brasil é signatário de tratados e acordos internacionais voltados à prática de ações e políticas públicas para a sustentabilidade ambiental e social e que a Constituição Federal garante a todos os brasileiros o direito ao meio ambiente equilibrado e saudável qualidade de vida, convalidando o princípio precaução;

Tudo leva a crer que o maior interesse nesta norma não é da população brasileira, mas sim das empresas que se beneficiariam disso, tanto os grandes geradores de resíduos como as próprias fabricantes de insumos agrícolas e que tal iniciativa não pode ter o aval do Conselho Nacional do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, nem do Governo do Brasil;

Consideramos ainda que não há demonstração de que os órgãos ambientais públicos terão as mínimas condições de controlar e fiscalizar a prática desta proposta - já que sequer tem obstruído a prática atual existente e a progressão destes interesses;

Finalmente, considerando o conjunto de aspectos acima, as entidades, instituições e cidadãos signatários da presente moção manifestam-se publicamente, solicitando:

1. Que o Conama e o Ministério do Meio Ambiente não permitam a edição de resolução sobre este tema, impedindo o uso de poluentes orgânicos e inorgânicos tais como: Cádmiio, Chumbo, Cromo, Arsênio, Mercúrio, entre outros, como matéria prima para fabricação de micronutrientes, conforme manifestação do próprio Ministério da Saúde, Parecer Técnico nº 55 /DSAST/SVS/MS, que contém o posicionamento frente à Resolução Conama sobre micronutrientes do GT Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO, além de pareceres emitidos pelo Ministério

Público do Estado de São Paulo, PROAM-Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, Instituto O Direito por um Planeta Verde e da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo;

2. Que haja maior difusão e aprofundamento das discussões sobre o tema de reuso industrial que apresentem implicações com a qualidade ambiental brasileira, inclusive por meio de audiências públicas, de modo a permitir a correção de seus rumos, garantindo-se o conhecimento, questionamento e participação de todos os setores da sociedade brasileira, incluindo uma ampla representação de toda comunidade científica das diferentes áreas e da própria população;

3. Que o Conama e o Ministério do Meio Ambiente exijam como condição mínima para reaproveitamento de resíduos industriais para qualquer uso que implique em risco ao ambiente e à saúde pública, seu prévio tratamento com a segregação dos elementos de interesse e/ou remoção dos elementos poluentes inorgânicos potencialmente tóxicos e indesejáveis, o que é possível conforme demonstrado nas discussões técnicas que ocorreram no Conama;

4. Que sejam demonstradas imediatamente para a sociedade brasileira as condições efetivas dos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA para realizar o controle e fiscalização de atividades produtivas em curso, assemelhadas a atual proposta, informando onde ocorrem, em que dimensão e com que salvaguardas para garantir a qualidade ambiental e a saúde pública, inclusive com levantamento para verificar se há omissão dos órgãos envolvidos para conter estes processos de poluição;

5. Que o Ministério do Meio Ambiente crie e mantenha um sistema ou cadastro nacional de solos estabelecendo procedimentos para a gestão e monitoramento ambiental da qualidade dos solos brasileiros visando promover a sua saúde ambiental e multifuncionalidade, tendo como meta maior a promoção da sustentabilidade ambiental e social da nossa agricultura, prevendo, entre outras medidas, a avaliação da situação atual dos solos quanto à presença de poluentes tóxicos indesejáveis, garantindo a sua recuperação e evitando a contaminação, em benefício das presentes e futuras gerações.

Referências para consulta:

[Proposta de Resolução Conama](#)

[Histórico do processo relatado de forma detalhada em parecer do Ministério Público do Estado de São Paulo](#)

[Parecer do PROAM - Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental](#)

[Parecer do Instituto O Direito por um Planeta Verde](#)

[Parecer do Ministério da Saúde com posicionamento da ABRASCO](#)

[Consulte no site do PROAM o Parecer técnico da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo](#)